



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos a respeito da decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da decisão de estabelecer sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, conforme amplamente divulgado pela imprensa¹.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto sobre os direitos fundamentais de acesso à informação e à transparência pública, solicito as seguintes informações:

1. Quais os fundamentos legais e constitucionais que embasaram a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de impor sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação?

¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/21/apos-criticas-por-fala-sobre-policia-prender-mal-lewandowski-afirma-que-a-policia-brasileira-e-altamente-eficiente.ghtml>

<https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/lewandowski-cartao-vacina>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 01/04/2025 17:23:15.950 - Mesa

RIC n.1070/2025

2. Quais são os critérios utilizados para classificar informações como sigilosas por 100 anos, especificamente no contexto de documentos relacionados à saúde pública?
3. O Governo Federal foi consultado ou envolvido de alguma forma na decisão que resultou na imposição de sigilo sobre documentos relacionados à vacinação? Caso afirmativo, de que maneira o Governo se posicionou sobre a medida?
4. Existe alguma previsão ou diretriz do Governo Federal para o tratamento de documentos públicos relacionados à vacinação e à saúde pública visando garantir a transparência?
5. Quais são as implicações dessa decisão para o acesso da população a informações relacionadas à vacinação e à saúde pública? A medida pode criar precedentes para o sigilo de outros documentos relacionados à saúde ou a outros setores públicos?

JUSTIFICATIVA

A recente decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, que impôs um sigilo de 100 anos sobre o seu cartão de vacinação, gerou uma onda de discussões e críticas em diversas esferas da sociedade. Tal medida foi amplamente debatida pela imprensa e por especialistas em direito, especialmente por se tratar de uma decisão que envolve a aplicação de um sigilo de longa duração, que, no contexto atual, representa uma grande exceção à regra de transparência pública.

Primeiramente, é importante destacar que a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, assegura o direito de acesso à informação, o que implica uma obrigação do Estado em garantir a transparência em suas ações. A imposição de um sigilo de 100 anos sobre documentos públicos, especialmente aqueles relacionados à saúde pública, pode ser vista como uma afronta a esse direito fundamental de acesso à informação, que é um dos pilares de uma democracia sólida e de um Estado que se pretende responsável perante seus cidadãos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Além disso, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que informações públicas devem ser acessíveis a qualquer pessoa, com exceção de dados que envolvam sigilos de natureza específica, como dados pessoais sensíveis. No entanto, o prazo de 100 anos é extremamente longo e dificilmente pode ser justificado com base na legislação vigente, que em princípio considera sigilos muito mais restritos e temporários, além de oferecer mecanismos claros de revisão de documentos sigilosos.

O sigilo sobre documentos de saúde, como o cartão de vacinação, também representa um risco à transparência na gestão pública de políticas de saúde. A vacinação é um tema de grande relevância nacional, principalmente no cenário atual, em que o Brasil ainda enfrenta os desdobramentos da pandemia de COVID-19 e outras questões de saúde pública. O controle social sobre as políticas públicas de saúde exige que a população tenha acesso a informações claras e acessíveis sobre como o governo tem conduzido suas ações, como os dados de vacinação, que são fundamentais para o planejamento e execução dessas políticas.

Ao manter sigilo sobre o cartão de vacinação, o Estado dificulta o acompanhamento da população sobre o andamento das ações de vacinação, que são fundamentais para a proteção da saúde pública. A transparência sobre esses dados é essencial para que os cidadãos possam compreender se as medidas adotadas pelo governo estão sendo efetivas ou se há falhas no processo. Sem essa informação, a confiança da população nas políticas públicas de saúde pode ser comprometida.

É importante também observar que o sigilo excessivo pode gerar desconfiança na sociedade. A falta de clareza sobre as razões que justificam o sigilo pode ser interpretada como uma tentativa de esconder informações que poderiam ser do interesse público. Esse tipo de medida pode abrir um precedente perigoso para a imposição de sigilos em outros documentos e dados que envolvam a gestão pública e o acesso à informação pela sociedade.

A decisão de impor um sigilo de 100 anos também pode afetar o direito da sociedade em fiscalizar e acompanhar as ações do governo. O controle social é uma característica fundamental de um sistema democrático, e a transparência é uma ferramenta essencial para que a sociedade exerça esse controle. Ao restringir o acesso a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

informações públicas, como é o caso do cartão de vacinação, o governo cria uma barreira para o exercício pleno da cidadania, limitando a capacidade da população de tomar decisões informadas sobre sua saúde e seu bem-estar.

Ademais, é necessário refletir sobre o impacto que essa decisão pode ter no acesso futuro de informações para novas gerações. O sigilo de 100 anos impede que cidadãos e órgãos governamentais, no futuro, possam ter acesso a dados que hoje são essenciais para a compreensão do passado e a construção de políticas públicas mais eficientes. O histórico de vacinação, por exemplo, pode ser fundamental para a formulação de estratégias de saúde pública no futuro, e a imposição de sigilo de longo prazo sobre esses dados cria obstáculos para essa continuidade.

Outro ponto importante é que o acesso à informação é uma ferramenta crucial para garantir a qualidade do debate público e a participação cidadã. A transparência sobre políticas públicas, especialmente as relacionadas à saúde, permite que a sociedade participe ativamente na formulação e execução dessas políticas, garantindo que elas atendam às necessidades reais da população. A imposição de sigilo em documentos importantes, como o cartão de vacinação, pode enfraquecer o debate público e a construção de soluções coletivas.

Além disso, a decisão de impor sigilo de longa duração sobre documentos de saúde pode prejudicar a imagem do Brasil no cenário internacional. Países que prezam pela transparência e pelo direito de acesso à informação têm maior confiança da comunidade internacional, especialmente em áreas sensíveis como saúde pública. A imposição de sigilos prolongados pode ser vista como um retrocesso no compromisso do Brasil com os princípios de boa governança e democracia.

O sigilo de 100 anos também é uma medida que, ao ser aplicada de forma isolada, gera insegurança jurídica. Para que o sigilo de documentos públicos tenha legitimidade, é necessário que haja critérios claros e consistentes que justifiquem tal decisão. A falta de uma explicação pública sobre os motivos dessa escolha pode levar à especulação e à percepção de arbitrariedade por parte das autoridades competentes.

Por fim, a sociedade brasileira precisa de um governo que seja transparente e responsável. O sigilo excessivo e prolongado, especialmente sobre dados relacionados à





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

saúde pública, prejudica a construção de uma relação de confiança entre os cidadãos e as autoridades governamentais. A transparência nas ações do governo é a base para a criação de um ambiente de confiança mútua, fundamental para a efetividade das políticas públicas e para o fortalecimento da democracia.

Diante disso, é fundamental que esta Casa Legislativa receba informações claras e precisas sobre os motivos dessa decisão, para que possamos avaliar adequadamente as consequências dessa medida e tomar as providências necessárias para garantir que o direito de acesso à informação e a transparência pública sejam plenamente respeitados.

Sala das Sessões, em __ de março de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



* C D 2 5 4 3 4 0 0 9 2 7 0 0 *

